26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

A USURPAÇÃO EPISTÊMICA SISTEMÁTICA NA AVALIAÇÃO CEGA POR PARES

THE SYSTEMATIC EPISTEMIC USURPATION IN BLIND PEER REVIEW

Eugênia Viviane de Araújo Rêgo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Pedro Neto Lopes de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Liz Monique da Fonseca Medeiros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Vinicius Dantas Carvalho – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Max Leandro de Araújo Brito – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A avaliação cega por pares é um dos mecanismos de validação da ciência contemporânea, mas suas estruturas de anonimato e opacidade também produzem vulnerabilidades suscetíveis à captura epistêmica. Nesse contexto, a Blindpredação corresponde ao uso predatório do anonimato editorial para acesso privilegiado a manuscritos confidenciais, enquanto o Manuscriptofurto designa a apropriação integral ou parcial desses manuscritos com posterior publicação sob autoria fraudulenta. A articulação entre ambos configura o que este trabalho denomina Usurpação Epistêmica Sistemática. O artigo tem por objetivo discutir teoricamente essa engrenagem de usurpação no sistema de avaliação cega por pares, analisando dimensões estruturais, processuais e culturais, bem como impactos sobre a comunicação científica. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza teórico-conceitual e procedimento bibliográfico, fundamentada em revisão da literatura sobre integridade científica, ética da informação e comunicação científica. Os resultados permitiram a construção de um modelo conceitual composto por um ciclo de sete etapas da Usurpação Epistêmica Sistemática, além da sistematização de modalidades de fraude, como coautoria parasitária, expropriação metodológica e usurpação de dados. Identificaram-se ainda vulnerabilidades estruturais relacionadas à opacidade do *peer review*, à ausência de rastreabilidade autoral e à naturalização de práticas antiéticas em ambientes acadêmicos hierarquizados. Conclui-se que o enfrentamento da Usurpação Epistêmica Sistemática exige intervenções integradas nos planos técnico, normativo e pedagógico, com ampliação da transparência editorial, fortalecimento dos mecanismos de integridade científica e consolidação de culturas institucionais orientadas pela ética da pesquisa.
Palavras-chave: revisão pelos pares; comunicação científica; dados científicos.

Abstract: Blind peer review is one of the validation mechanisms of contemporary science, but its structures of anonymity and opacity also produce vulnerabilities susceptible to epistemic capture. In this context, Blindpredation corresponds to the predatory use of editorial anonymity for privileged access to confidential manuscripts, while Manuscript theft refers to the full or partial appropriation of these manuscripts with subsequent publication under fraudulent authorship. The articulation between both configures what this paper defines as Systematic Epistemic Usurpation. The article aims to theoretically discuss this mechanism of usurpation within the blind peer review system, analyzing structural, procedural, and cultural dimensions, as well as its impacts on scientific communication. This qualitative research is theoretical-conceptual in nature and utilizes a bibliographic procedure, grounded in a literature review on scientific integrity, information ethics, and scientific communication. The results allowed for the construction of a conceptual model composed of a seven-stage cycle of Systematic Epistemic Usurpation, in addition to the systematization of fraud modalities, such as parasitic co-authorship, methodological expropriation, and data usurpation. Structural vulnerabilities were also identified, related to the opacity of peer review, the absence of authorship traceability, and the naturalization of unethical practices in hierarchical academic environments. The study concludes that tackling Systematic Epistemic Usurpation requires integrated interventions at the technical, normative, and pedagogical levels, including the expansion of editorial transparency, the strengthening of scientific integrity mechanisms, and the consolidation of institutional cultures guided by research ethics.
Keywords: refereeing; scholarly communication; research data.

1 INTRODUÇÃO

O sistema de revisão por pares, fundamentado no princípio da imparcialidade e no compromisso ético de revisores e editores, pressupõe que o anonimato das partes envolvidas garanta avaliações isentas de interesses pessoais ou institucionais. No entanto, esse mesmo anonimato, quando desprovido de mecanismos eficazes de auditoria e rastreabilidade, converte-se em um escudo para práticas predatórias sofisticadas que transcendem o plágio convencional.

Nesse contexto, emerge a necessidade de nomear e formalizar dois fenômenos articulados que operam na *zona de penumbra* do processo editorial: a Blindpredação e o Manuscriptofurto. A Blindpredação consiste no abuso deliberado do anonimato estrutural do sistema *double-blind peer review*, por meio do qual revisores ou editores utilizam o acesso privilegiado a manuscritos confidenciais para fins de captura epistêmica (Medeiros, 2026). O Manuscriptofurto, por sua vez, designa a materialização dessa usurpação: a apropriação integral ou parcial do manuscrito, com posterior publicação sob autoria fraudulenta (Medeiros, 2026).

Diferentemente do plágio clássico, que incide sobre textos já publicizados, esses fenômenos operam no interstício pré-publicação, em que o conhecimento ainda é fluido, não protegido pelo registro público e, portanto, invisível aos mecanismos tradicionais de detecção. A engrenagem resultante dessa articulação configura o que este estudo denomina Usurpação Epistêmica Sistemática - um ciclo autorreprodutor de expropriação do capital intelectual, sustentado por assimetrias de poder e por falhas estruturais do próprio sistema de validação científica (Medeiros, 2026).

O objetivo deste trabalho é discutir teoricamente essa engrenagem de usurpação no sistema de avaliação cega por pares, analisando dimensões estruturais, processuais e culturais, bem como impactos sobre a comunicação científica. A relevância deste estudo situa-se na interseção entre a Ciência da Informação, a ética científica e os estudos de comunicação.

Diante desse cenário, a questão de pesquisa que orienta este estudo é: de que modo a articulação entre Blindpredação e Manuscriptofurto configura uma engrenagem sistêmica de usurpação epistêmica na avaliação cega por pares, e quais vulnerabilidades estruturais, processuais e culturais sustentam sua reprodução no ecossistema da comunicação científica? Ressalta-se que o foco do trabalho recai especificamente sobre a usurpação vinculada ao processo de revisão por pares; fenômenos correlatos discutidos ao longo do texto, como relações assimétricas de orientação acadêmica, autoria honorária e apropriação de dados ou de métodos, são tratados como manifestações estruturalmente análogas da mesma lógica de assimetria epistêmica, e não como objeto central da análise.

2 BLINDPREDAÇÃO E O MANUSCRIPTOFURTO NA SUSTENTAÇÃO DA USURPAÇÃO EPISTÊMICA SISTEMÁTICA

O sistema de revisão por pares duplo-cego (*double-blind*) fundamenta-se no conceito de pacto fiduciário: uma relação de confiança em que o autor entrega o patrimônio de suas ideias ao editor sob a promessa de sigilo e imparcialidade. Esse arranjo pressupõe que o anonimato de ambas as partes garanta uma avaliação puramente técnica, despida de favoritismos ou preconceitos pessoais (Medeiros, 2026). Contudo, a literatura contemporânea questiona se esse manto de invisibilidade protege a ciência ou se, na verdade, resguarda o revisor de qualquer responsabilização por condutas enviesadas (Mebane, 2025).

Antes de prosseguir, cabe delimitar os termos centrais mobilizados neste trabalho. Blindpredação, Manuscriptofurto, Usurpação Epistêmica Sistemática, confiançatraição epistêmica, epistemofraude avaliativa e protoautoricídio são neologismos cunhados por Medeiros (2026) para nomear uma configuração específica que a literatura consolidada não descreve de forma unificada. O plágio, em sua acepção clássica, pressupõe um texto já publicizado e, portanto, um registro público anterior sobre o qual a cópia incide (Martin, 2013); a Blindpredação e o Manuscriptofurto, por sua vez, operam no interstício pré-publicação, sobre um manuscrito confidencial ao qual o usurpador tem acesso legítimo e transitório em razão de sua função avaliativa — daí a natureza fiduciária do fenômeno, ausente do plágio convencional. Da mesma forma, esses conceitos não se confundem com categorias já consolidadas como apropriação de ideias, má conduta em pesquisa em sentido amplo, autoria honorária ou autoria coercitiva (Macfarlane, 2017), conflitos de interesse (Korfitsen *et al*., 2025) ou abuso de poder acadêmico (Moss; Mahmoudi, 2021; Zhang; Liao, 2015): estas descrevem condutas que podem ocorrer independentemente do sigilo estrutural do duplo-cego, ao passo que a Usurpação Epistêmica Sistemática, tal como aqui proposta, depende especificamente da opacidade institucionalizada do processo de revisão por pares como condição de possibilidade. Quanto à injustiça epistêmica (Bhakuni; Abimbola, 2021; Settles *et al.*, 2024), trata-se de categoria mais ampla, da qual a Usurpação Epistêmica Sistemática constitui uma manifestação particular: nem toda injustiça epistêmica decorre de usurpação autoral, mas toda usurpação autoral no contexto do peer review configura, como se argumenta na próxima seção, uma forma específica de injustiça epistêmica.

A natureza confidencial do processo cria um vácuo de transparência onde impropriedades podem florescer sem mecanismos efetivos de controle, deixando o autor vulnerável a decisões arbitrárias (Laura, 2025). De acordo com Settles *et al*. (2024), a ausência de um olhar externo sobre as comunicações entre editores e revisores permite que críticas destrutivas ou infundadas passem pelo crivo editorial sem que o autor tenha o direito pleno ao contraditório.

Mebane (2025) argumenta que o modelo duplo-cego pode, paradoxalmente, aumentar a vulnerabilidade do sistema ao obscurecer dados críticos e redes de influência. Ao remover os nomes, o sistema assume que o revisor será honesto, mas retira do público a capacidade de verificar se aquele revisor é um concorrente direto ou possui financiamento

da mesma fonte que o autor. Assim, a responsabilidade é deslocada inteiramente para o editor, que nem sempre possui os meios ou o tempo para rastrear padrões complexos de má conduta (Bhakuni; Abimbola, 2021).

A violência epistêmica manifesta-se no *peer review* como uma forma de *gatekeeping* que impõe paradigmas dominantes sobre abordagens alternativas, como as decoloniais ou indígenas (Stimenov, 2025). Nesses casos, o revisor utiliza o padrão metodológico eurocêntrico como régua universal, rotulando estilos narrativos ou teóricos não convencionais como "baixa qualidade". Para Resta e Zeno-Zencovich (2025), essa suposta neutralidade técnica é o disfarce perfeito para um controle epistêmico que impede que o conhecimento científico confronte diretamente as estruturas de poder.

A arquitetura do *peer review* tradicional, embora concebida para proteger a imparcialidade, frequentemente transmuta-se em uma estrutura de opacidade sistêmica. Esse cenário é o que se denomina Blindpredação: um fenômeno onde o sigilo estrutural deixa de ser um escudo para o autor e torna-se um manto para práticas predatórias de revisores e editores (Medeiros, 2026). Quando o anonimato é absoluto e não há mecanismos de auditoria, o processo de avaliação transforma-se em uma *caixa-preta*, onde o autor entrega sua produção intelectual sem qualquer garantia de que os bastidores da decisão sigam padrões éticos ou técnicos (Wolfram *et al*., 2020).

Essa vulnerabilidade é acentuada nos modelos *single* e *double-blind*, nos quais a assimetria de poder é institucionalizada. O autor, privado da identidade de seu avaliador, encontra-se impossibilitado de contestar abusos de forma justa ou identificar erros sistemáticos (Shoham; Pitman, 2020). Segundo Swanson (2022), essa falta de transparência reduz drasticamente a *accountability* do sistema.

A Blindpredação se distingue de formas tradicionais de plágio por sua natureza fiduciária e estrutural. O agente não precisa buscar ativamente o conteúdo: ele o recebe legitimamente, sob a condição de confidencialidade (Medeiros, 2026). Trata-se de uma forma de captura epistêmica privilegiada, na qual o acesso ao conhecimento é mediado por uma posição institucional, configurando o que se denomina confiançatraição epistêmica (Resnik; Gutierrez-Ford; Peddada, 2008).

Convém explicitar a concepção de epistemologia que orienta esta análise, uma vez que o termo é empregado ao longo do texto em sentido social, e não estritamente lógico ou metodológico. Filia-se aqui à epistemologia social e, mais especificamente, à noção de

injustiça epistêmica enquanto dano infligido a alguém especificamente em sua capacidade de conhecedor (Settles *et al*., 2024; Bhakuni; Abimbola, 2021; Ncube, 2025). Sob essa perspectiva, a apropriação indevida de autoria não constitui apenas uma falha ética, jurídica ou editorial, mas um problema propriamente epistemológico: ao suprimir ou substituir o nome do autor legítimo, o usurpador não apenas viola uma norma de conduta, mas nega ao pesquisador o reconhecimento de sua condição de produtor de conhecimento, deslocando artificialmente a autoridade epistêmica para quem não a exerceu. Trata-se, portanto, de uma injustiça testemunhal, na medida em que a credibilidade epistêmica do autor original é subtraída ou transferida sem justificativa cognitiva, e, em suas formas mais estruturais (Etapas 05 a 07 do modelo apresentado na Seção 4), também de uma injustiça hermenêutica, uma vez que pesquisadores jovens ou periféricos frequentemente carecem de recursos interpretativos e institucionais reconhecidos para nomear e contestar a experiência de usurpação que sofrem.

A captura por prestígio é um padrão estrutural: autores de países ricos e anglófonos recebem vantagens claras quando sua identidade é conhecida (Ncube, 2025). O anonimato tenta mitigar esse efeito, mas a desigualdade persiste nas entrelinhas do texto, no acesso à infraestrutura de pesquisa e na fluência linguística. Tomkins, Zhang e Heavlin (2017) apontam que, mesmo no duplo-cego, o estilo de pesquisa do Norte Global é o parâmetro silencioso que dita o que é aceitável, perpetuando uma hierarquia geopolítica.

É necessário, contudo, matizar a associação entre anonimato, opacidade e possibilidade de abuso estabelecida até aqui. O duplo-cego foi historicamente adotado, em boa medida, como estratégia para reduzir desigualdades associadas a prestígio, gênero, instituição de origem e nacionalidade, e a literatura mostra efeitos distintos e por vezes contraditórios sobre os vieses conforme o modelo de revisão adotado (Shoham; Pitman, 2020; Tomkins; Zhang; Heavlin, 2017). Não se trata, portanto, de uma escolha simples entre anonimato e transparência: modelos inteiramente abertos, ao exporem a identidade dos autores, também podem reproduzir ou aprofundar assimetrias associadas a prestígio institucional e visibilidade prévia (Smith *et al*., 2023), gerando novas formas de captura ainda que por vias distintas das discutidas nesta seção. A questão central que este trabalho sustenta não é, assim, a de eliminar o anonimato, mas a de discutir quais mecanismos de controle, rastreabilidade e responsabilização podem ser incorporados a diferentes modelos

de revisão - anônimos, abertos ou híbridos - de modo a preservar as vantagens de cada arranjo e mitigar suas vulnerabilidades específicas.

Se a Blindpredação é o meio, o Manuscriptofurto é o fim. Trata-se da concretização da usurpação em sua forma mais radical: a apropriação integral ou parcial da obra científica antes de sua publicação oficial (Medeiros, 2026). O Manuscriptofurto não constitui apenas uma modalidade de plágio (Medeiros, 2026), mas um fenômeno multidimensional que pode ser compreendido como uma forma de epistemofraude avaliativa (Sangster, 2024).

Piniewski *et al*. (2024) identificaram evidências emergentes de plágio em relatórios de avaliação por pares, revelando que revisores podem se apropriar de estruturas argumentativas, dados e formulações teóricas dos manuscritos que avaliam. Esse fenômeno representa, segundo os autores, apenas a ponta do iceberg de um problema sistêmico ainda subnotificado.

A dinâmica do Manuscriptofurto (Medeiros, 2026) é intensificada pelo que Resnik, Gutierrez-Ford e Peddada (2008) denominam invisibilidade pré-publicação: o manuscrito, nessa fase, não possui registro público e o autor original carece de instrumentos para provar anterioridade. Quando a ideia usurpada é publicada pelo revisor antes ou logo após a rejeição do original, o autor legítimo enfrenta um labirinto burocrático sem precedentes para demonstrar a primazia da descoberta.

Tang (2025) defende que disputas de crédito autoral deveriam ser tratadas como casos potenciais de plágio até prova em contrário, invertendo o ônus da prova no sistema atual. Martin (2013) corrobora essa perspectiva ao identificar o *whither research integrity* como um fenômeno em que a plágio, o autoplágio e a citação coercitiva convergem para a erosão sistêmica da confiança científica.

A engrenagem de Usurpação Epistêmica Sistemática encontra um de seus mecanismos mais insidiosos na coautoria parasitária - a inserção do nome do usurpador em obra à qual não contribuiu intelectualmente (Medeiros, 2026). Essa prática é comum em hierarquias de laboratório e orientação acadêmica, onde a posição de poder do orientador ou supervisor cria uma dependência estrutural que silencia o autor legítimo (Martin, 2013).

Macfarlane (2017) analisa a ética da autoria múltipla como uma economia de dádivas, na qual a coautoria é utilizada como moeda de troca em redes de favoritismo acadêmico. Nesse contexto, o nome de um pesquisador sênior confere legitimidade a um trabalho do qual não participou, enquanto o jovem pesquisador recebe, em troca, a

promessa de acesso a redes de publicação. Esse arranjo corrompe tanto a rastreabilidade da autoria quanto a credibilidade dos resultados.

Khalifa (2022) documentou como jovens pesquisadores são as vítimas preferenciais na batalha de autoria - invisibilizados, pressionados ao silêncio e desprovidos de instrumentos institucionais de proteção. Moss e Mahmoudi (2021) demonstraram empiricamente que o abuso de supervisão em ciência acadêmica é um fenômeno sistêmico, com impactos mensuráveis sobre a saúde mental e a produtividade dos pesquisadores em formação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como teórico-conceitual, de abordagem qualitativa, orientada à análise das vulnerabilidades éticas e estruturais presentes no sistema de avaliação cega por pares e à discussão da Usurpação Epistêmica Sistemática na comunicação científica. A opção metodológica fundamenta-se na natureza do objeto investigado, cuja compreensão demanda articulação crítica entre estudos sobre integridade científica, ética da informação, governança editorial e assimetrias epistêmicas no ecossistema científico.

O corpus bibliográfico foi constituído por revisão narrativa da literatura especializada, abrangendo artigos científicos, ensaios teóricos, revisões de escopo e estudos empíricos indexados nas bases *Web of Science*, Scopus e BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), priorizando produções dos últimos dez anos. As estratégias de busca combinaram os descritores *peer review, scientific misconduct, epistemic injustice, authorship, blind review, research integrity* e *scholarly communication*. Em continuidade, a seleção considerou trabalhos relacionados às dinâmicas de opacidade editorial, conflitos de interesse, ética da autoria e mecanismos de captura epistêmica no processo de avaliação científica.

As buscas foram realizadas entre fevereiro e maio de 2026, tendo recuperado inicialmente 187 registros nas três bases consultadas. Após a remoção de duplicatas e a aplicação dos critérios de inclusão, trabalhos publicados nos últimos dez anos, disponíveis em texto completo e diretamente relacionados a peer review, má conduta científica, injustiça epistêmica ou autoria, e de exclusão, resumos de eventos sem texto completo, estudos sem relação temática direta com os eixos analíticos e duplicações entre bases, foram efetivamente analisados 42 documentos, entre artigos científicos, ensaios teóricos e

revisões de escopo. As seis categorias analíticas baseadas em Medeiros (2026) foram aplicadas ao corpus por leitura integral e codificação temática manual, associando-se cada documento a uma ou mais categorias conforme o fenômeno tratado; a saturação temática dessas categorias, e não um critério quantitativo predefinido, orientou o encerramento da etapa de coleta.

Com o objetivo de ampliar o rastreamento bibliográfico e identificar tendências emergentes sobre integridade científica e práticas predatórias no *peer review*, a etapa de levantamento exploratório contou também com suporte assistivo de ferramentas de Inteligência Artificial aplicadas à recuperação e organização de literatura científica. A plataforma Consensus foi empregada para apoiar a identificação de estudos relevantes e o mapeamento temático do estado da arte, especialmente em relação às discussões contemporâneas sobre revisão por pares, má conduta científica e governança editorial.

A análise dos materiais selecionados foi conduzida por categorização temática, organizada nos seguintes eixos analíticos baseados em Medeiros (2026): (a) pacto fiduciário e suas rupturas; (b) mecanismos de acesso privilegiado; (c) tipologias de usurpação; (d) assimetrias de poder; (e) impactos sobre a comunicação científica; e (f) perspectivas de enfrentamento. A partir dessa categorização, foram elaboradas as figuras conceituais, com o auxílio da Inteligência Artificial Claude (Anthropic), que estruturam a análise apresentada na seção de resultados.

Destaca-se que a elaboração do artigo contou com apoio metodológico e operacional de sistemas de Inteligência Artificial generativa. Os modelos Claude (Anthropic), Gemini (Google) e ChatGPT (OpenAI) foram utilizados de forma assistiva em atividades de refinamento textual, organização argumentativa, revisão linguística e estruturação analítica dos esquemas conceituais apresentados, sem substituição da autoria intelectual, da interpretação crítica ou da responsabilidade intelectual das autoras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura permitiu a construção de um modelo conceitual que articula os fenômenos de Blindpredação e Manuscriptofurto em um ciclo de sete etapas interdependentes. Esse ciclo constitui o que se denomina Engrenagem de Usurpação Epistêmica Sistemática, conforme representado no Quadro 1 a seguir.

As seis categorias temáticas construídas a partir do corpus (pacto fiduciário e suas rupturas; mecanismos de acesso privilegiado; tipologias de usurpação; assimetrias de poder; impactos sobre a comunicação científica; perspectivas de enfrentamento) foram reagrupadas por afinidade lógico-temporal em sete momentos sucessivos, dando origem ao ciclo apresentado no Quadro 1; a tipologia de seis modalidades de fraude do Quadro 2, por sua vez, deriva do cruzamento entre a categoria "tipologias de usurpação" e os atores e recursos identificados nas demais categorias. Cabe explicitar que o modelo tem propósito primordialmente organizativo e heurístico, e não explicativo em sentido causal-preditivo: as sete etapas descrevem uma sequência lógica plausível, recorrente na literatura analisada, mas não se afirma que ocorram sempre nessa ordem estrita, tampouco que uma etapa determine necessariamente a seguinte em toda instância empírica. A leitura como "ciclo" decorre da recorrência, apontada pelos estudos analisados, de casos em que a naturalização e a consolidação da usurpação (Etapas 05 e 06) alimentam sua reprodução por novos atores (Etapa 07), e não de uma demonstração empírica direta desta pesquisa, de natureza teórico-conceitual.

Quadro 1 - Engrenagem de Usurpação Epistêmica Sistemática: Ciclo de Sete Etapas

Etapa	Denominação	Descrição
01	Produção intelectual originária	Criação original pelo autor legítimo, frequentemente sem registro formal de autoria
02	Contexto de dependência assimétrica	Relações hierárquicas criam vulnerabilidade estrutural ao subordinado (orientando, autor periférico)
03	Mecanismo de cooptação	Estratégias para acessar o trabalho alheio: parcerias informais, acesso via Blindpredação
04	Expropriação epistêmica	Núcleo da engrenagem: Manuscriptofurto, coautoria fraudulenta ou supressão do autor legítimo
05	Naturalização e silenciamento	Cultura do silêncio e ausência de canais de denúncia perpetuam o ciclo
06	Consolidação da usurpação	Capital acadêmico ilegítimo consolidado via métricas (h-index, Qualis, Lattes)
07	Reprodução do ciclo	Sem intervenção ética, vítimas internalizam o modelo; usurpadores o replicam com novos subordinados

Fonte: elaboração própria (2026), com apoio Inteligência Artificial Claude, baseado em Medeiros (2026)

A análise do Quadro 1 evidencia dinâmicas de poder e falhas éticas que, infelizmente, permeiam parcelas do ambiente científico contemporâneo. O cerne da vulnerabilidade

apresentada reside na indissociabilidade entre as assimetrias institucionais (Etapas 02 e 03) e a viabilização da fraude (Etapa 04): é no terreno de disparidade hierárquica entre orientadores e orientandos, ou entre pesquisadores de centros hegemônicos e periféricos, que o anonimato e a opacidade dos sistemas de avaliação são instrumentalizados, transformando mecanismos desenhados para garantir impessoalidade em armas de acesso privilegiado a ideias inéditas.

Não se sustenta, todavia, que as sete etapas ocorram sempre nessa sequência estrita ou que uma etapa determine causalmente a seguinte em toda instância empírica: o modelo tem propósito organizativo, e a leitura como "ciclo" (Etapas 05 a 07) decorre da recorrência, na literatura analisada, de casos em que a naturalização da usurpação e sua consolidação por métricas produtivistas - que passam a premiar o resultado em detrimento do processo ético (h-index, Qualis, Lattes) - alimentam sua reprodução por novos atores, sem que se afirme uma relação de causa e efeito necessária entre elas. A ausência de intervenções técnico-normativas e pedagógicas favorece esse fechamento: usurpadores permanecem impunes e perpetuam a prática, enquanto vítimas traumatizadas correm o risco de internalizar e replicar o modelo quando ascenderem a posições de poder, ampliando exponencialmente o alcance da engrenagem (Zhang; Liao, 2015).

A partir do modelo conceitual, é possível identificar uma tipologia de seis modalidades de fraude epistêmica que a engrenagem pode produzir, dependendo dos atores envolvidos, dos recursos mobilizados e do estágio em que a usurpação se concretiza. Essa tipologia é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 - Tipologia das Fraudes Epistêmicas na Engrenagem de Usurpação Epistêmica

Modalidade	Definição e mecanismo
Protoautoricídio	Apagamento completo do autor original: o registro de autoria é integralmente substituído pelo do usurpador
Coautoria parasitária	Inserção do nome do usurpador em obra à qual não contribuiu intelectualmente, prática comum em hierarquias de laboratório
Blindpredação	Exploração predatória do anonimato no double-blind: revisor ou editor apropria-se de manuscritos confidenciais em avaliação
Manuscriptofurto	Apropriação integral de manuscritos confidenciais com posterior publicação sob autoria fraudulenta
Usurpação de dados	Apropriação de bases de dados ou datasets produzidos por outro pesquisador, geralmente sob argumento institucional
Expropriação metodológica	Publicação de framework ou método criado por outro pesquisador como contribuição própria, sem atribuição de crédito

Fonte: elaboração própria (2026), com apoio Inteligência Artificial Claude, baseado em Medeiros (2026)

O Quadro 2 revela uma taxonomia das patologias éticas que ameaçam a integridade da ciência. O conceito de protoautoricídio surge como a expressão mais radical e violenta desse ecossistema, representando a morte simbólica e civil do pesquisador original dentro de sua própria obra. Ao substituir integralmente o registro de autoria, o usurpador comete um apagamento que anula o esforço, o tempo e a identidade cognitiva do criador legítimo. Essa modalidade dialoga com a coautoria parasitária, uma prática cronicamente normalizada em hierarquias de laboratório.

Por sua vez, a Blindpredação e o Manuscriptofurto operam em uma simbiose que ataca o coração da confiança pública na ciência - o sistema de avaliação por pares. O uso predatório do anonimato no modelo *double-blind* transforma um escudo de imparcialidade em uma capa de invisibilidade para o ilícito acadêmico. Quando revisores ou editores utilizam o acesso privilegiado a manuscritos confidenciais para atrasar, rejeitar ou usurpar integralmente o trabalho alheio, eles subvertem o propósito da revisão editorial. Essas modalidades transformam o ecossistema que deveria proteger e aperfeiçoar o conhecimento em uma armadilha de vulnerabilidade para os autores.

Ademais, o Quadro 2 expande a tipificação da fraude para além do texto, alcançando a infraestrutura e a lógica do fazer científico por meio da usurpação de dados e da expropriação metodológica. A apropriação indevida de *datasets*, muitas vezes justificada de forma autoritária por discursos de propriedade institucional, e o roubo de *frameworks* inéditos demonstram que a pirataria epistêmica também ocorre nas etapas anteriores à redação do artigo. Publicando métodos e dados alheios como contribuições próprias, os usurpadores colhem os louros da inovação técnica e científica sem terem enfrentado os riscos, os custos e o processo metodológico da construção.

A articulação entre Blindpredação e Manuscriptofurto constitui a combinação mais grave dessa tipologia, pois concentra em uma única cadeia de ações o acesso privilegiado, a expropriação material e a legitimação fraudulenta. Sangster (2024) descreve essa prática como unethical peer review em sua forma mais sofisticada, pois o sistema de validação é convertido no próprio instrumento da fraude. Misra, Ravindran e Agarwal (2018) ressaltam que a ausência de protocolos definidos para lidar com suspeitas de usurpação em periódicos transforma editores em facilitadores involuntários desse ciclo.

A engrenagem de Usurpação Epistêmica Sistemática opera porque o sistema acadêmico apresenta vulnerabilidades em três dimensões interdependentes: estrutural, processual e cultural. O Quadro 3 sistematiza esse mapeamento, identificando para cada dimensão os pontos de fragilidade que sustentam o ciclo predatório.

Quadro 3 - Mapeamento das Vulnerabilidades Sistêmicas que sustentam a Engrenagem de Usurpação Epistêmica Sistemática

Dimensão	Vulnerabilidades identificadas
Estrutural	Ausência de registro de autoria em tempo real nas versões preliminares; relações de dependência hierárquica sem salvaguardas; métricas produtivistas como único critério de avaliação; inexistência de contratos formais de colaboração científica.
Processual	Opacidade nos processos de revisão por pares; ausência de rastreabilidade em plataformas de gestão de pesquisa; baixa auditoria sobre pareceristas em periódicos; inexistência de log de acesso a manuscritos confidenciais.
Cultural	Cultura do silêncio e medo de retaliação a denunciantes; formação ética insuficiente nos programas de pós-graduação; naturalização da coautoria honorífica; ausência de disciplinas obrigatórias sobre integridade científica.

Fonte: elaboração própria (2026), com apoio Inteligência Artificial Claude, baseado em Medeiros (2026)

O Quadro 3 expõe o tripé sistêmico que viabiliza e sustenta a Usurpação Epistêmica Sistemática. As vulnerabilidades mapeadas revelam que a engrenagem predatória muitas vezes encontra no sistema as brechas técnicas e os incentivos de comportamento necessários para a perpetuação. A dimensão estrutural põe a descoberto o pano de fundo macroeconômico e político atual na ciência, fortemente marcado pelo produtivismo científico. O sistema fomenta uma competição que relativiza os meios em prol dos fins. Essa pressão é agravada pela ausência de mecanismos básicos de proteção ao trabalhador intelectual, como o registro de autoria em tempo real para versões preliminares e a falta de contratos formais de colaboração.

Na dimensão processual, o quadro diagnostica o apagão tecnológico e administrativo das plataformas de gestão editorial e de pesquisa. O ponto central aqui é a transformação do princípio da confidencialidade em um manto de impunidade técnica. Enquanto o setor bancário e corporativo utilizam sistemas avançados de auditoria de dados, a comunicação científica ainda carece de ferramentas digitais básicas de custódia para a cadeia de proteção de uma ideia desde a sua submissão.

Por fim, a dimensão cultural desvela o componente mais resiliente e sutil da engrenagem, a normalização subjetiva do abuso. A existência de uma cultura do silêncio

alimentada pelo medo real de retaliações institucionais atua como um agente de conservação do *status quo*, sufocando denúncias antes mesmo que elas ganhem contornos formais.

As vulnerabilidades culturais merecem destaque especial na perspectiva da comunicação científica. Katsarov *et al*. (2021) demonstraram que a eficácia dos treinamentos em integridade científica depende da mudança de cultura institucional, não apenas da transmissão de normas. Yeo-Teh e Tang (2020) propõem os cursos de ética em pesquisa como uma "vacinação" contra um ambiente tóxico, reconhecendo que a prevenção cultural é tão fundamental quanto os mecanismos tecnológicos de rastreamento.

Pizzolato e Dierickx (2023) enfatizam o papel central do orientador na formação da cultura de integridade: quando o próprio mentor pratica ou naturaliza formas de usurpação, o orientando recebe uma *pedagogia da antiética* que perpetua o ciclo nas gerações seguintes. Esse mecanismo de transmissão cultural é um dos aspectos mais graves identificados na literatura, pois transforma a formação acadêmica em um vetor de reprodução da fraude sistêmica.

Os impactos da engrenagem de Usurpação Epistêmica Sistemática sobre a comunicação científica são multidimensionais. Sobkowicz (2015), por meio de modelagem baseada em agentes, demonstrou que sistemas de financiamento competitivo baseados em revisão por pares tendem a suprimir a inovação e favorecer a evolução de cliques de poder. Esse resultado sugere que a Blindpredação é um dano individual e um fator estrutural de conservadorismo científico que retarda o progresso do conhecimento.

O impacto sobre a diversidade da comunicação científica é igualmente crítico. Settles *et al*. (2024) e Ncube (2025) documentaram que pesquisadores de populações sub-representadas enfrentam uma dupla vulnerabilidade, a saber, o viés de avaliação e a predação epistêmica. Smith *et al*. (2023) demonstraram que o *peer review* perpetua barreiras para grupos historicamente excluídos, tornando urgente a revisão dos modelos de avaliação à luz dos princípios de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade nas práticas científicas.

O enfrentamento da engrenagem de Usurpação Epistêmica Sistemática exige intervenções simultâneas nos planos técnico, normativo e pedagógico. A literatura converge para três eixos principais de ação: a transparência dos processos de avaliação, a rastreabilidade da autoria e a formação ética contínua.

No plano técnico, Wolfram *et al*. (2020) defendem a transição para modelos de *open peer review*, nos quais a publicização das identidades e dos pareceres força uma maior responsabilização ética. O uso de identificadores persistentes, ORCID, DOI, preprints, e o registro de versões com metadados de autoria são apontados como medidas fundamentais para romper a opacidade sistêmica.

No plano normativo, Resnik e Elmore (2015) propõem um papel ativo dos editores na garantia da qualidade, imparcialidade e integridade do processo de revisão, incluindo a criação de protocolos explícitos para lidar com suspeitas de usurpação. Korfitsen et al. (2025) identificaram, em revisão de escopo, que os conflitos de interesse de revisores em pesquisa biomédica são vastamente subnotificados, apontando para a necessidade de sistemas formalizados de declaração e auditoria.

No plano pedagógico, Pizzolato e Dierickx (2022) propõem a mentoria reversa como estratégia de renovação da cultura de integridade, enquanto Katsarov *et al*. (2021) sistematizaram evidências sobre a eficácia de diferentes abordagens de treinamento em integridade científica. A formação ética não pode ser tratada como complementar, mas como componente central do currículo de programas de pós-graduação e das práticas editoriais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma análise teórica da articulação entre Blindpredação e Manuscriptofurto como componentes de uma engrenagem de Usurpação Epistêmica Sistemática no sistema de avaliação cega por pares. A construção de um modelo conceitual com figuras estruturadas permitiu formalizar fenômenos que, até então, habitavam o campo das denúncias anedóticas, conferindo-lhes estatuto de objeto de análise científica.

Os resultados demonstram que a engrenagem opera por meio de um ciclo de sete etapas — da produção intelectual originária à reprodução do modelo por novos atores —, sustentado por vulnerabilidades estruturais, processuais e culturais do sistema acadêmico. A tipologia construída revela seis modalidades de fraude epistêmica, sendo a articulação Blindpredação–Manuscriptofurto a mais sofisticada, por converter o próprio mecanismo de validação científica em instrumento de expropriação.

Os impactos sobre a comunicação científica são profundos, como a erosão da confiança no sistema de revisão por pares, desestímulo à inovação, reprodução de desigualdades epistêmicas e distorção da história da ciência. Esses impactos são

particularmente graves para pesquisadores em posições vulneráveis, jovens, periféricos, pertencentes a grupos sub-representados, que enfrentam uma dupla exposição ao viés de avaliação e à predação epistêmica.

O enfrentamento da engrenagem exige respostas simultâneas e integradas, como tecnológicas, com a adoção de modelos de revisão aberta e rastreabilidade de autoria; normativas, com a criação de protocolos institucionais explícitos para a gestão de conflitos de interesse e suspeitas de usurpação; e pedagógicas, com a centralização da formação ética nos currículos de pós-graduação e nas práticas editoriais.

Como limitação do estudo, destaca-se a ausência de dados empíricos primários sobre a incidência dos fenômenos, decorrente da própria invisibilidade estrutural que os caracteriza. Pesquisas futuras poderão avançar na construção de instrumentos de detecção baseados em análise de padrões comportamentais em fluxos editoriais, bem como em estudos de caso que documentem instâncias concretas da engrenagem. A sistematização conceitual aqui proposta oferece o marco teórico para essas investigações.

REFERÊNCIAS

BHAKUNI, Himani; ABIMBOLA, Seye. Epistemic injustice in academic global health. **The Lancet Global Health**, [*s. l.*], v. 9, n. 10, p. e1465-e1470, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214109X21003016?via%3Dihub. Acesso em: 3 maio 2026.

KATSAROV, Johannes; ANDONO, Roberto; KROM, André; VAN DEN HOVEN, Mariëtte. Effective Strategies for Research Integrity Training—a Meta-analysis. **Educational Psychology Review**, [*s. l.*], v. 34, p. 935-955, 2021. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10648-021-09630-9. Acesso em: 3 maio 2026.

KHALIFA, Ahmed A. Losing young researchers in the authorship battle, under-reported casualties. **Ethics, Medicine and Public Health**, n. 20, 2022. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352552521001122?via%3Dihub. Acesso em: 3 maio 2026.

KORFITSEN, Christoffer Bruun; NEJSTGAARD, Camilla Hansen; HRÓBJARTSSON, Asbjørn; BOUTRON, Isabelle; BERO, Lisa; LUNDH, Andreas. Peer reviewers' conflicts of interest in biomedical research: scoping review. **BMJ Evidence-Based Medicine**, [*s. l.*], v. 30, p. 104-117, 2025. Disponível em: https://ebm.bmj.com/content/30/2/104. Acesso em: 3 maio 2026.

LAURA, Abimbola Ini-Abasi. Racism in Academia and Research Publishing: Unveiling the Hidden Struggles of African Researchers. **Journal of Management World**, [*s. l.*], n. 6, 2025.

Disponível em: https://academiainsight.com/index.php/mw/article/view/998. Acesso em: 3 maio 2026.

MACFARLANE, Bruce. The ethics of multiple authorship: power, performativity and the gift economy. **Studies in Higher Education**, [*s. l.*], v. 42, p. 1194-1210, 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03075079.2015.1085009. Acesso em: 3 maio 2026.

MARTIN, Ben R. Whither research integrity? Plagiarism, self-plagiarism and coercive citation in an age of research assessment. **Research Policy**, [*s. l.*], v. 42, p. 1005-1014, 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S004873331300067X?via%3Dihub. Acesso em: 3 maio 2026.

MEBANE, Christopher A. Double-blind peer review is detrimental to scientific integrity. **Environmental Toxicology and Chemistry**, [*s. l.*], v. 44, n. 2, p. 318-323, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1093/etojnl/vgae046. Acesso em: 3 maio 2026.

MEDEIROS, Laís Palmeira de. **Instrumentos de gestão editorial e mecanismos normativos para a prevenção de usurpação de artigos em periódicos de instituições públicas brasileiras**. 2026. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) — Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2026. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/69742. Acesso em: 3 maio 2026.

MISRA, Durga Prasanna; RAVINDRAN, Vinod; AGARWAL, Vikas. Integrity of Authorship and Peer Review Practices: Challenges and Opportunities for Improvement. **Journal of Korean Medical Science**, [*s. l.*], v. 33, 2018. Disponível em: https://jkms.org/DOIx.php?id=10.3346/jkms.2018.33.e287. Acesso em: 3 maio 2026.

MOSS, Sherry E.; MAHMOUDI, Morteza. STEM the bullying: An empirical investigation of abusive supervision in academic science. **EClinicalMedicine**, [*s. l.*], v. 40, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589537021004016?via%3Dihub. Acesso em: 3 maio 2026.

NCUBE, Mvikeli. Epistemic Violence in Psychological Research: Unveiling Bias in Methodology, Methods, and the Peer Review Process. **JORMA International Journal of Health and Social Sciences**, [*s. l.*], n. 5, v. 3, 2025. Disponível em: https://jormajournals.com/JORMA-ijhss/index.php/1/article/view/24. Acesso em: 3 maio 2026.

PINIEWSKI, Mikołaj; JARIĆ, Ivan; KOUTSOYIANNIS, Demetris; KUNDZEWICZ, Zbigniew W. Emerging plagiarism in peer-review evaluation reports: a tip of the iceberg? **Scientometrics**, [*s. l.*], v. 129, p. 2489-2498, 2024. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-024-04960-1. Acesso em: 3 maio 2026.

PIZZOLATO, Daniel; DIERICKX, Kris. Reverse mentoring to enhance research integrity climate. **BMC Research Notes**, [*s. l.*], v. 15, 2022. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s13104-022-06098-w. Acesso em: 3 maio 2026.

PIZZOLATO, Daniel; DIERICKX, Kris. The Mentor's Role in Fostering Research Integrity Standards Among New Generations of Researchers: A Review of Empirical Studies. **Science and Engineering Ethics**, [*s. l.*], v. 29, p. 1-23, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11948-023-00439-z. Acesso em: 3 maio 2026.

RESNIK, David B.; ELMORE, Susan A. Ensuring the Quality, Fairness, and Integrity of Journal Peer Review: A Possible Role of Editors. **Science and Engineering Ethics**, [*s. l.*], v. 22, p. 169-188, 2015. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11948-015-9625-5. Acesso em: 3 maio 2026.

RESNIK, David B.; GUTIERREZ-FORD, Christina; PEDDADA, Shyamal. Perceptions of Ethical Problems with Scientific Journal Peer Review: An Exploratory Study. **Science and Engineering Ethics**, [*s. l.*], v. 14, p. 305-310, 2008. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11948-008-9059-4. Acesso em: 3 maio 2026.

RESTA, Giorgio; ZENO-ZENCOVICH, Vincenzo. Goodbye Scholarship. How Double-Blind Peer Review Affects Legal Publishing. **European Journal of Comparative Law and Governance**, [*s. l.*], v. 12, n. 3, p. 357-368, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1163/22134514-bja10105. Acesso em: 3 maio 2026.

SANGSTER, Alan. Unethical Peer Review. **Accounting Historians Journal**, [*s. l.*], v. 1, n. 51, 2024. Disponível em: https://publications.aaahq.org/ahj/article-abstract/51/1/95/12470/Unethical-Peer-Review?redirectedFrom=fulltext. Acesso em: 3 maio 2026.

SETTLES, Isis H.; JONES, Martinque K.; BUCHANAN, Nicole T.; DOTSON, Kristie; GOWER, Petal; O'ROURKE, Michael; RINKUS, Marisa; LATIMER, Kyjeila. Epistemic exclusion: A theory for understanding racism in faculty research evaluations. **The American Psychologist**, [*s. l.*], v. 79, n. 4, p. 539-552, 2024. Disponível em: https://psycnet.apa.org/fulltext/2025-04512-006.html. Acesso em: 3 maio 2026.

SHOHAM, Natalie; PITMAN, Alexandra. Open versus blind peer review: is anonymity better than transparency? **BJPsych Advances**, [*s. l.*], v. 27, n. 4, p. 247-254, 2020. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/bjpsych-advances/article/open-versus-blind-peer-review-is-anonymity-better-than-transparency/806BE7B64DD3FB21340F8DEA2790CCC3. Acesso em: 3 maio 2026.

SMITH, Olivia M.; DAVIS, Kayla L.; PIZZA, Riley B.; WATERMAN, Robin *et al*. Peer review perpetuates barriers for historically excluded groups. **Nature Ecology & Evolution**, [*s. l.*], v. 7, p. 512-523, 2023. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41559-023-01999-w. Acesso em: 3 maio 2026.

SOBKOWICZ, Pawel. Innovation Suppression and Clique Evolution in Peer-Review-Based, Competitive Research Funding Systems: An Agent-Based Model. **Journal of Artificial Societies and Social Simulation**, [*s. l.*], v. 18, n. 2, 2015. Disponível em: https://jasss.soc.surrey.ac.uk/18/2/13.html. Acesso em: 3 maio 2026.

STIMENOV, Alexander. Confidentiality, Peer Review, and the Submission Case Database. **Journal of Scholarly Publishing**, [*s. l.*], v. 56, n. 4, p. 733-755, 2025. Disponível em: https://utppublishing.com/doi/10.3138/jsp-2024-0093. Acesso em: 3 maio 2026.

SWANSON, Eric. Peer Review, Confidential Comments to the Editor, and the Golden Rule. **Annals of Plastic Surgery**, [*s. l.*], v. 90, n. 1, p. 1-3, 2022. Disponível em: https://www.ovid.com/jnls/annalsplasticsurgery/fulltext/10.1097/sap.0000000000003320~peer-review-confidential-comments-to-the-editor-and-the. Acesso em: 3 maio 2026.

TANG, Bor Luen. Authorship credit disputes should all be considered potential cases of plagiarism unless proven otherwise. **European Science Editing**, [*s. l.*], 2025. Disponível em: https://ese.arphahub.com/article/151110/list/9/. Acesso em: 3 maio 2026.

TOMKINS, Andrew; ZHANG, Min; HEAVLIN, William D. Reviewer bias in single- versus double-blind peer review. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, [*s. l.*], v. 114, n. 48, p. 12708-12713, 2017. Disponível em: https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.1707323114. Acesso em: 3 maio 2026.

WOLFRAM, Dietmar; WANG, Peiling; HEMBREE, Adam; HYOUNGJOO, Park. Open peer review: promoting transparency in open science. **Scientometrics**, [*s. l.*], v. 125, p. 1033-1051, 2020. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-020-03488-4. Acesso em: 3 maio 2026.

YEO-TEH, Nicole Shu; TANG, Bor Luen. Research ethics courses as a vaccination against a toxic research environment or culture. **Research Ethics**, [*s. l.*], v. 17, n. 1, p. 55-65, 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1747016120926686. Acesso em: 3 maio 2026.

ZHANG, Yucheng; LIAO, Zhenyu. Consequences of abusive supervision: A meta-analytic review. **Asia Pacific Journal of Management**, [*s. l.*], v. 32, p. 959-987, 2015. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10490-015-9425-0. Acesso em: 3 maio 2026.